



GT 69. Práticas, políticas e discursos no campo da saúde mental

Coordenador(es):

Érica Quinaglia Silva (UNB - Universidade de Brasília)

Sônia Weidner Maluf (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Sessão 1

Debatedor/a: Ana Paula Müller de Andrade (Universidade Estadual do Centro Oeste -UNICENTRO)

Este Grupo de Trabalho (GT) visa a reunir pesquisas que abordem práticas, políticas e discursos no campo da saúde mental. A proposta comporta, de um lado, abordagens das práticas de autoatenção e cuidado, itinerários, agenciamentos sociais, saberes locais e/ou tradicionais como estratégias de sujeitos e coletividades para vivenciar e agenciar o processo de saúde-adoecimento mental; e, de outro, políticas públicas e ações do Estado, processos de institucionalização e/ou desinstitucionalização, redes de atendimento, políticas pretensamente universais e seus mecanismos discricionários nos modos desiguais de distribuição de direitos, incluindo as mudanças na política nacional de saúde mental e de álcool e outras drogas desencadeadas desde 2016. Assim, etnografias do Estado e das políticas públicas, em serviços de saúde mental e instituições psiquiátricas, sobre itinerários, histórias de vida, práticas de usuários, familiares e profissionais da saúde são alguns temas previstos. Gênero e sexualidade, raça, classe, etnia, geração e deficiência são alguns dos marcadores sociais que serão considerados nas discussões do GT. A intenção é proporcionar a interlocução entre trabalhos que apresentem reflexões baseadas em pesquisas e/ou experiências que contribuam para a ampliação da compreensão das questões atinentes aos processos de sofrimento, aflição, perturbação e/ou adoecimento no campo em questão, suas práticas, políticas e discursos a partir de um olhar antropológico.

Corpo, Poder e o conceito de Biogitimacy: disputas políticas no campo da Saúde Mental

Autoria: João Balieiro Bardy (Capes)

A presente fala busca articular questões de poder e corpo no campo da Saúde Mental a partir do desenvolvimento de uma pesquisa em andamento nos CAPS-AD do município de Campinas-SP. Os desdobramentos políticos da história recente tem colocado importantes áreas de clivagem no interior do campo da saúde mental, disputas estas que fazem o saber antropológico florescer com maior intensidade. A entrada de Comunidades Terapêuticas no interior das Redes de Assistência Psicossocial (RAPS), e a volta do Hospital Psiquiátrico que se anunciaram com maior proeminência a partir da publicação da nota técnica nº11/2019, apresentam-se como uma disputa política no campo da saúde mental, mobilizando diferentes formas institucionais que sobrepõem: biopoder, biopolítica e biogitimacy, fazendo emergir questões epistemológicas centrais. Informado a partir da categoria de biogitimacy cunhada por Didier Fassin pretendo retomar a categoria de corpo, mobilizando-a tanto como eixo epistemológico quanto como categoria analítica, para compreender como categorias êmicas centrais como ?saúde?, ?doença? e ?direito? são disputadas pelos usuários da RAPS campineira. Espera-se assim compreender como a noção de biogitimacy se sobrepõe aos conceitos de biopoder e biopolítica na produção de legitimidade de direitos obtidos a partir de diagnósticos psiquiátricos no contexto presente da Saúde Mental no Brasil. Ademais, sob a luz do conceito de biogitimacy o corpo assume posição central no campo da Saúde Mental como espaço concreto de manifestação de sintomas necessários a produção do diagnóstico psiquiátrico. Diferentemente da biomedicina onde as causas e os fenômenos fisiológicos são identificados na produção do diagnóstico, muitas psicológicas não encontram correlato similar. Nesse sentido, estes diagnósticos, apesar de inferidos



ao subjetivo, produzem-se a partir de corporeidades específicas, como, por exemplo, ouvir vozes. Assim, espero explorar como a centralidade desta categoria na produção de diagnósticos é fundamental na obtenção de direitos reclamados a partir de uma debilitação social junto ao Sistema Único de Saúde (SUS).

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: